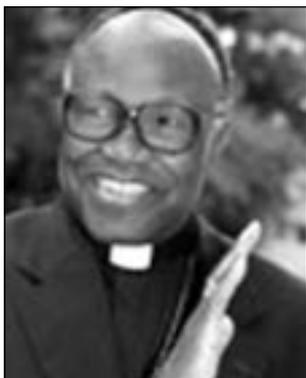


D. Zacarias Camuenho,

Prémio Sakharov 2001



D. Zacarias Camuenho, Arcebispo do Lubango e Presidente da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, foi galardoado com o Prémio Sakharov 2001.

O Prémio Sakharov é um prémio atribuído anualmente pelo Parlamento Europeu, desde 1988, para galardoar **personalidades e organizações que se dedicam à defesa dos direitos humanos** e das liberdades fundamentais e à luta contra a opressão e a injustiça.

Em 1999, o Prémio Sakharov foi atribuído ao timorense **Xanana Gusmão**. A cerimónia da entrega do prémio terá lugar durante a Sessão Plenária de Dezembro do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

texto na pág. 5

O Governo será capaz ?

Mais uma vez o PSD fez o seu melhor para **defender o interesse nacional** no Parlamento Europeu.

Com a autoridade que todos lhe reconhecem, o Deputado **Arlindo Cunha** propôs e viu aprovado pela Comissão de Agricultura e pelo Plenário do Parlamento Europeu o **aumento das ajudas aos ovinos e caprinos**.

Cada produtor recebia, por cabeça de gado, uma ajuda anual de 18 euros para produção de carne, ou de 14,4 para produção de leite. A Comissão Europeia propunha aumentos para 21 euros e 16,8 Euros, respectivamente. **Arlindo Cunha defendeu e fez aprovar o aumento de ambas as ajudas para 30 Euros**.

Os argumentos são sérios e têm fundamento técnico. Se o rendimento de um ovino ou caprino está estimado em 1/6 do rendimento médio de uma cabeça de gado bovino não fazia sentido que o respectivo prémio fosse muito inferior. Além disso os **rendimentos destes produtores são os mais baixos de entre todos os produtores de carne**.

Em Portugal, como no resto da Europa, poderá assim **terminar uma discriminação sem sentido** contra os produtores de gado ovino e caprino.

No Parlamento Europeu fizemos o nosso papel. Mas agora é a vez do Conselho, ou seja, dos Ministros da Agricultura.

A batalha está ganha no Parlamento. **Será que o Governo do Eng. Guterres é capaz de a ganhar no Conselho ?**

Carlos Miguel Coelho

O papel das Regiões na Europa

Intervenção de Pacheco Pereira pág. 2

Moreira da Silva chefia Delegação a Marraquexe

Na sequência do Protocolo de Quioto pág. 3

Orçamento de 2002: PE aprova Relatório Costa Neves

pág. 4

Emprego: Apoio às PMEs

Intervenção de Regina Bastos pág. 7

Combate ao terrorismo não pára nas fronteiras



O Vice-Presidente do Parlamento Europeu José Pacheco Pereira afirmou que *"o combate contra o terrorismo não pode parar nas fronteiras dos Estados. O terrorismo a que assistimos hoje, acrescentou, é um terrorismo profissionalizado, que utiliza os aparelhos de estado e os serviços de informação de estados autocráticos e que visa matar indiscriminadamente o maior número de pessoas"*.

Pacheco Pereira, que participava num debate com representantes dos 4 partidos portugueses com representação no Parlamento Europeu, organizado à margem dos trabalhos da Sessão Plenária em Estrasburgo, defendeu que *"a Europa deve estar firme ao lado dos Estados Unidos neste combate e que se a Europa foi de alguma forma secundarizada tal se deve ao facto de ela própria se ter colocado nessa situação"*.

Este combate tem custos elevados, em meios financeiros e meios humanos e há muitos Europeus que não estão dispostos a pagar esse preço. As gerações hoje no poder na Europa pensaram que a guerra tinha acabado, mas enganaram-se, afirmou". Pacheco Pereira

salvaguardou a posição do Reino Unido, que considerou *"uma excepção"*.

O Deputado social democrata considerou que *"esta guerra, contrariamente ao que muitos nos querem fazer crer, não é uma guerra civilizacional, embora considere que há elementos civilizacionais, com fundamentos culturais profundos, neste conflito. Pacheco Pereira recusou também a tese de que na base do terrorismo estejam causas socio-económicas. Este terrorismo não é uma arma dos pobres, sublinhou"*.

Pacheco Pereira sublinhou que, *"as democracias têm que se armar para defender a democracia, para salvaguardar os valores e princípios democráticos"*, tendo criticado o facto de *"a maioria dos países europeus terem deixado degradar as suas forças armadas e necessitarem cada vez mais da protecção dos Estados Unidos"*.

O Vice-Presidente do PE exprimiu *"o desejo de ver a curto prazo uma força de intervenção rápida europeia mas manifestou o seu cepticismo quando se vê, por exemplo, a Alemanha a reduzir o seu orçamento militar ou a confusão que reina em Portugal na área militar e das informações. As fragilidades portuguesas vão custar caro, acrescentou"*.

Pacheco Pereira e o papel das Regiões na Europa

O Vice-Presidente do Parlamento Europeu, José Pacheco Pereira defendeu que *"a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas - sendo a mais antiga associação regional no contexto da União Europeia - é um parceiro particularmente importante no processo de decisão europeu"*.

Pacheco Pereira, que representou o Parlamento Europeu na Assembleia Geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, recentemente realizada na cidade do Porto, sublinhou que *"o último ano foi marcado pela reunião do Conselho Europeu em Nice que, com base numa nova revisão do Tratado, abriu caminho para as negociações do próximo alargamento. Embora este objectivo tenha sido parcialmente realizado, constatou-se um desapontamento generalizado com os resultados da última Conferência Intergovernamental"*.

Depois de referir as resoluções do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões sobre o Conselho Europeu de Nice que sublinharam as

insuficiências das melhorias ao Tratado negociadas em Nice, Pacheco Pereira defendeu que *"os Chefes de Estado e de Governo, que negociaram Nice, devem ter tido consciência disto: é por esta razão que o Tratado inclui uma declaração sobre o chamado processo pós-Nice, de que são marcos fundamentais uma Declaração de Laeken, em Dezembro de 2001 e uma nova Conferência Intergovernamental, em 2004. Este processo pós-Nice deve dar resposta, entre outras, à questão da clara delimitação de competências entre os níveis europeu e nacional, no contexto do princípio da subsidiaridade"*.

Pacheco Pereira defendeu que *"as regiões - em particular aquelas que têm poderes legislativos - devem ser associadas a este processo"* e encorajou-as a fazer toda a pressão no sentido de assegurar uma participação no processo de reflexão sobre a delimitação de competências.

Para Pacheco Pereira, *"o Parlamento Europeu sempre*

(continua na página 3)

Moreira da Silva chefiou Delegação a Marraquexe

O Deputado Jorge Moreira da Silva, Relator permanente do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, **chefiou a Delegação do Parlamento Europeu à 7ª Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (COP7), em Marraquexe.**

Jorge Moreira da Silva, que já tinha desempenhado as mesmas funções na COP6, em Haia, e na COP6bis, em Bona, **fez parte da troika da União Europeia**, em conjunto com a Comissária do Ambiente, **Margot Wallström**, e com o Ministro belga **Olivier Deleuze**.

Antes de partir, Jorge Moreira da Silva afirmou que *"esta Conferência deve, no plano técnico, assegurar a tradução legal do acordo político alcançado em Bona, há cerca de 4 meses e, no plano político, marcar o arranque do processo de ratificação do Protocolo de Quioto, de forma a que este possa entrar em vigor até Setembro de 2002"* (altura em que se realizará a Conferência "Rio+10", em Joanesburgo).

Moreira da Silva afirmou que *"a troika da União Europeia não está aberta a qualquer tipo de negociação sobre matérias já acordadas em Bona"*. Para Jorge Moreira da Silva, *"10 anos depois da Conferência do Rio de Janeiro, 4 anos depois da Conferência de Quioto, mais do que prolongar as negociações, é urgente agir, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa, no quadro do Protocolo de Quioto"*.

Jorge Moreira da Silva afirmou ainda que *"a União Europeia continuará a afirmar a sua liderança no processo político das Alterações Climáticas. Uma liderança assente no exemplo da acção interna, como foi esta semana demonstrado pela apresentação simultânea, da parte da Comissão Europeia, de três documentos legislativos: Directiva-quadro sobre o Sistema Europeu de Comércio de Emissões; Comunicação sobre o Programa Europeu para as*

Alterações Climáticas; Procedimento de ratificação conjunta do Protocolo de Quioto".



Moreira da Silva espera que *"os países da UE que menos têm cumprido os objectivos de redução de gases com efeito de estufa, como é o caso de Portugal, Espanha e Irlanda, possam corrigir urgentemente esta situação. Caso contrário, esses países conduzirão a 'bolha' da União Europeia para uma inaceitável situação de incumprimento do Protocolo de Quioto"*.

Relativamente a Portugal, Moreira da Silva afirmou que *"o nosso país é aquele que mais se tem afastado dos compromissos de Quioto e espera que o Governo não falte à sua obrigação de, nesta Economia do Carbono, internalizar, em todos os sectores económicos, os custos ambientais da emissão de gases com efeito de estufa (leia-se, subida da temperatura, subida do nível do mar, perda da biodiversidade, problemas de saúde pública e perdas económicas)"*.

Só poderemos, em simultâneo, cumprir Quioto e sermos competitivos neste novo paradigma económico, em que a tonelada de dióxido de carbono tem um preço, se formos capazes de, por exemplo, apostarmos:

- na promoção das energias renováveis e do gás natural, em detrimento do petróleo e do carvão;
- na agricultura biológica e na restrição do uso de fertilizantes;
- na introdução de tecnologias mais limpas na indústria;
- na eficiência energética nos serviços, no turismo e na construção de edifícios;
- na tributação sobre o consumo energético e sobre a emissão de dióxido de carbono, em especial no sector dos transportes;
- na promoção do transporte, de carga e de passageiros, por via marítima e ferroviária".

Pacheco Pereira e as Regiões

esteve atento às necessidades e opiniões das autoridades regionais e locais. De facto, duas resoluções do Parlamento Europeu, em 1984 e 1988, acompanharam o processo de crescente tomada de consciência pelas regiões dos riscos e desafios de um maior aprofundamento da integração europeia. A Carta Comunitária da Regionalização de 1988, adoptada pelo Parlamento, constituiu um marco num

processo progressivo de definição do papel das Regiões na governança europeia.

Pacheco Pereira sublinhou que *"o debate sobre o futuro da política regional, após 2007, já começou e vai entrar numa fase decisiva com a próxima Conferência Intergovernamental. Posso assegurar-vos que o Parlamento contribuirá para este debate e para as suas conclusões de forma a que o princípio da coesão não seja afectado"*.

Orçamento 2002: PE aprova Relatório Costa Neves



O Parlamento Europeu debateu e aprovou o **Relatório do Deputado Carlos Costa Neves, relativo à 1ª leitura do Orçamento da União Europeia para 2002.**

Na apresentação do seu Relatório, Costa Neves sublinhou que "balizado pelas orientações para o processo orçamental de 2002, aprovadas em 3 de Abril, o Parlamento Europeu vem dando especial importância ao reforço da eficiência das instituições europeias, destacando, neste âmbito, a reforma, em curso, da Comissão Europeia e a qualidade da execução orçamental".

Neste contexto, Costa Neves reafirma "claro apoio político à reforma da Comissão, estabelecendo mecanismos visando o seu efectivo acompanhamento, e procurando, simultaneamente, obviar a atrasos, tais como os verificados com a regulamentação do pessoal, os mecanismos da reforma antecipada (cuja aplicação a todas as instituições europeias é essencial), o reforço da capacidade das delegações externas, a melhor articulação entre os processos legislativo e orçamental, entre outros.

Simultaneamente, acrescenta Costa Neves, tendo em vista **melhorar o acompanhamento da execução orçamental**, aguarda-se, da Comissão Europeia, a definição de objectivos claros de execução e a respectiva calendarização, cujo cumprimento verificaremos ao longo do ano, a partir de elementos de informação de que já se vai dispondo. Ir-se-á, também, contribuir para a **recuperação de atrasos de pagamentos** já identificados e para **maior rapidez no pagamento dos novos compromissos**. Promover-se-á ainda o reforço de despesas operacionais a partir de correspondente redução em despesas administrativas".

Reafirmando a intenção de apenas decidir na base da mais completa informação, Costa Neves afirmou que o Parlamento Europeu conta, em breve, "poder dispôr dos seguintes elementos a fornecer pela Comissão:

- O estudo examinando o impacto das diferentes medidas já tomadas, no domínio da agricultura, no contexto das reformas previstas na "Agenda 2000", as consequências orçamentais destas, bem como das

crises da BSE e da febre aftosa, a par das perspectivas de evolução do orçamento agrícola;

- A identificação de novas medidas que constituam resposta à situação decorrente dos ataques terroristas de 11 de Setembro, relacionadas, nomeadamente com a EUROPOL e o EUROJUST, nos domínios dos assuntos internos e da justiça, bem como, no âmbito das acções externas, com o reforço da ajuda humanitária e à diversificação da cooperação em matéria de desenvolvimento, obviamente sem prejuízo dos compromissos anteriormente assumidos;
- O Relatório relativo à **análise plurianual das despesas administrativas**, no contexto dos preparativos para o Alargamento, como ponto de partida para a adopção de medidas da maior importância.

De outra natureza, mas também pendente de proposta da Comissão Europeia, aguarda-se a formalização, a muito breve prazo, de mobilização do 'instrumento de flexibilidade' que assegurará os **meios necessários à reconversão das frotas pesqueiras dependentes do antigo acordo de pescas com Marrocos**".

...melhorar o acompanhamento da execução orçamental e recuperar atrasos de pagamentos...

Como objectivos sectoriais, Costa Neves distinguiu alguns a que dá particular importância, "tais como o do reforço da competitividade da União Europeia, a que se associou a prioridade por mais e melhor emprego, o desenvolvimento do 'E-Learning', bem como a **consolidação de políticas comuns em matéria de asilo e de imigração**. Cabe, também, acrescentou, referência especial à intenção de apoiar a competitividade das regiões fronteiriças de Estados Membros, no contexto do próximo Alargamento e, ainda, à **extensão dos benefícios do Programa LEADER aos futuros Estados Membros**".

A terminar, o Deputado social democrata manifestou "total disponibilidade para, no período que medeia entre esta 'primeira leitura' do Orçamento para 2002 e a sua votação em Dezembro, concertar posições com o Conselho e a Comissão, num processo de busca sistemática da mais correcta afectação dos recursos disponíveis a respostas adequadas aos desafios dos tempos que passam".

A 2ª leitura do Orçamento ocorrerá na Sessão Plenária de Dezembro do Parlamento Europeu.

Caprinos e Ovinos: Arlindo Cunha consegue mais apoio

Por proposta do Deputado Arlindo Cunha, o PE aprovou o aumento das ajudas aos ovinos e caprinos.

Arlindo Cunha comentando o resultado da votação afirmou que "o Parlamento fez o seu trabalho, sendo agora importante que os Ministros assumam as suas responsabilidades defendendo os interesses dos produtores".

Arlindo Cunha salienta que "os produtores de ovinos e caprinos detêm os mais baixos rendimentos de entre todos os produtores de carne, com a agravante de 80% dos animais elegíveis para prémio se localizarem em zonas da União Europeia que são simultaneamente desfavorecidas e periféricas. Por esta razão, e também porque estamos num sector deficitário que apenas produz 80% do consumo interno, torna-se muito importante introduzir correcções no sistema de ajudas, assim como aumentar o prémio complementar para as regiões de objectivo 1, como é o caso das regiões Portuguesas".

O Deputado social democrata salienta ainda que "o Parlamento Europeu modificou as propostas iniciais da Comissão Europeia, tendo considerado injusto que a Comissão pretenda fazer economias num sector em que o rendimento médio dos produtores é dos mais baixos entre os agricultores europeus".

A decisão do Parlamento Europeu, por proposta de Arlindo Cunha, aumenta para **30 Euros por**

cabeça o valor do prémio concedido aos produtores de ovinos e caprinos, quer se destinem a produção de leite ou de carne e estabelece um **prémio suplementar de 9 Euros, por cabeça, para as zonas desfavorecidas do objectivo 1.**



Saliente-se que a Comissão Europeia apenas propunha 21 Euros para as ovelhas de carne e 16,8 Euros para as cabras e ovelhas de leite.

Arlindo Cunha propôs, igualmente, o fim "da discriminação entre as ovelhas de carne e as ovelhas de leite e caprinos, com estes últimos dois tipos de animais a receber apenas 80% do prémio atribuído ao primeiro, visando **igualar todos os prémios**", posição que também foi adoptada pelo Parlamento.

Com o objectivo de simplificação e de estabilidade do rendimento dos produtores, o **valor dos prémios passa a ser fixo**, acabando-se com a sua variação anual.

Manifestando satisfação pelo Plenário ter seguido as suas propostas (que já tinham feito vencimento na Comissão de Agricultura), Arlindo Cunha espera agora que "os **Ministros da Agricultura, reunidos em Conselho, façam correctamente o seu trabalho, assumindo as posições do Parlamento Europeu**".

D. Zacarias Camuenho, Prémio Sakharov 2001 (continuação da página 1)

Pacheco Pereira, Coordenador dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, saudou a atribuição do prémio ao Arcebispo do Lubango, considerando que "é um sinal muito positivo do Parlamento Europeu a favor da paz em Angola. A Igreja angolana é a única com autoridade moral a contribuir para o processo de paz. Penso, por isso, que a atribuição do Prémio Sakharov a Dom Zacarias Camuenho, numa altura em que mais do que nunca Angola precisa de paz, é um sinal muito positivo"

Com o Prémio Sakharov, o Parlamento Europeu

distingue "acções extraordinárias" que, inscrevendo-se no espírito da liberdade de pensamento e de expressão, combatam a violência, o fanatismo e o ódio e expressa a sua convicção de que as liberdades fundamentais englobam não só o direito à vida e à integridade física, mas também a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, "que constitui um dos mais poderosos bastiões contra a opressão e o barómetro de uma sociedade democrática e aberta".

Andrei Sakharov (1921-1989) foi um físico de renome, membro da Academia das Ciências da ex-URSS, dissidente político e Prémio Nobel da Paz em 1975.



Ambiente: Moreira da Silva quer mais participação dos cidadãos

O Deputado **Jorge Moreira da Silva** afirmou, em Estrasburgo, que *"uma das queixas mais frequentemente apontadas pelos cidadãos prende-se com o seu diminuto papel no quadro da democracia representativa."*

Queixam-se os cidadãos que lhes é concedido o direito a votarem periodicamente, mas não lhes é plenamente concedido o direito a participarem no dia-a-dia das instituições que elegem - a nível europeu, nacional, regional e local".

Para Jorge Moreira da Silva *"é precisamente na área do ambiente que mais se tem sentido a insatisfação das populações que discordando, muitas vezes com razão, de um determinado projecto não têm outra opção se não demonstrarem na rua, ou nos tribunais, o seu direito à indignação."*

Ora a indignação cresce exponencialmente quando muitos deste projectos, com impactos ambientais inaceitáveis, são financiados no quadro da Política Agrícola Comum e dos Fundos Estruturais.

É, por isso, acrescentou, muito importante que, na sequência da Convenção de Aarhus, a Comissão Europeia tenha vindo a legislar sobre o acesso do público à informação ambiental, sobre a participação do público em certos planos e programas e sobre o acesso do público à justiça.

A maior participação do público não só torna mais legítimas as decisões tomadas pelas nossas instituições como aumenta a qualidade dessas mesmas decisões".



Regina Bastos quer mais e melhores empregos

A Deputada **Regina Bastos** defendeu, em Estrasburgo, que *"mais e melhores empregos traduz-se em maior coesão económica e social"*.

Em declaração de voto sobre o Programa de Incentivos Comunitários no Domínio do Emprego, Regina Bastos afirmou que *"desenvolver, programar, acompanhar e avaliar a*

estratégia europeia de emprego envolvendo os parceiros sociais e as autoridades locais e regionais são objectivos importantes e indispensáveis à plena e eficaz concretização das ambições estratégicas definidas no Conselho Europeu de Lisboa.

Para isso, sublinhou, é imprescindível um reforço de cooperação entre os Estados-Membros no que respeita à troca de experiências, de informação e identificação das melhores práticas, a par de um envolvimento dos parceiros sociais e das autoridades locais e regionais, sem perder de vista a implementação de uma política de informação activa e transparente dos cidadãos que tenha em conta as suas exigências em matéria de transparência".

Regina Bastos aprovou, nomeadamente, *"a atenção dada à promoção da igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado do emprego e do trabalho"* e considerou que *"a realização de estudos sobre a oferta de estruturas de acolhimento de crianças e de serviços de assistência e de prestação de cuidados ao domicílio é um instrumento essencial para avaliar as carências a este nível, numa primeira fase, e pôr em prática, numa fase subsequente, um plano de acção que vise facilitar a conciliação da vida profissional com a vida familiar"*.



Carlos Coelho quer saber se os portugueses são discriminados

O Deputado **Carlos Coelho**, em pergunta escrita dirigida à Comissão Europeia e ao Conselho solicita que lhe sejam facultadas *"listagens com o número total de funcionários, por nacionalidade e categoria profissional"*, que trabalham nestas instituições da União Europeia.

Idêntica pergunta foi dirigida ao Secretário-Geral do Parlamento Europeu.

Carlos Coelho salienta que *"é do conhecimento público e tem sido amplamente noticiada e comentada a não atribuição a Portugal de altos cargos no funcionalismo europeu que, numa normal distribuição de lugares lhe caberiam. Portugal não tem nenhum Director-Geral, nem Director-Geral Adjunto, nas instituições europeias"*.

O Deputado social democrata justifica esta sua iniciativa *"com a possibilidade de esta discriminação estar a ser generalizada a outras categorias profissionais"*.

Emprego: Regina Bastos quer apoio às PME's

A Deputada Regina Bastos defendeu que "um dos pilares da Estratégia Europeia para o Emprego, o espírito empresarial, reclama que se favoreça a **criação e o crescimento de PME's**, as quais constituem um grande potencial de criação de emprego, basta atentar nos dados mais recentes fornecidos pelo Eurostat que revelam que as microempresas, com 1 a 9 trabalhadores, registaram o maior aumento em termos de criação de emprego na União Europeia".

Para Regina Bastos, "a **redução dos encargos burocráticos e fiscais** é assinalado e bem, como um dos meios para estimular a criação e o crescimento de empresas.

Porém, acrescentou, não podemos deixar de realçar que deverá existir um apoio activo ao nível da criação de infra-estruturas, de apoio à investigação e desenvolvimento, à formação profissional e à formação ao longo da vida, de modo a garantir qualidade e continuidade no emprego".

Regina Bastos, que intervinha em Plenário num debate sobre as **Orientações para a Política de Emprego dos Estados Membros**, sublinhou que o Parlamento Europeu "apoiou vivamente os objectivos quantitativos estabelecidos nos Conselhos Europeus de Lisboa e de Estocolmo no que se refere à taxa de emprego global, à taxa de emprego das mulheres e à taxa de emprego de pessoas idosas.

Na verdade, o desemprego constitui um dos problemas económicos e sociais mais graves na União Europeia — **actualmente 1 em cada 12 cidadãos encontra-se sem emprego** — sendo os grupos populacionais mais afectados as mulheres, os jovens, os idosos, os deficientes e os membros de minorias étnicas.



Para melhorar a competitividade das empresas é igualmente necessário que exista uma estreita articulação entre os Estados-Membros e os parceiros sociais quanto aos acordos de modernização da organização do trabalho e na elaboração de contratos de trabalho mais flexíveis e que garantam a aplicação das disposições em matéria de protecção da saúde e do trabalho.

Quanto à questão da igualdade de oportunidades, Regina Bastos lamentou constatar que a taxa de emprego média das mulheres na União Europeia ainda se situa mais de 18 pontos percentuais abaixo da taxa de emprego dos homens e que as **mulheres auferem em média 76% da remuneração horária dos homens**".

Para Regina Bastos "é imperioso que se aplique o **princípio da igualdade de remuneração para trabalho igual** e, por outro lado, que se desenvolvam estruturas que permitam conciliar a vida profissional e familiar".

Carlos Coelho intervém sobre Justiça e o SIS

O Deputado Carlos Coelho defendeu, no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que, "na sequência da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, a **União Europeia tem à sua frente uma agenda ambiciosa na área da criação de um espaço judiciário europeu em matéria civil**, que permita aos cidadãos viver sob um sentido comum de justiça, que defenda os seus direitos, garanta a segurança jurídica tanto aos particulares como às empresas, mas que facilite, também, a sua vida quotidiana".

Para Carlos Coelho, "este processo passa por: **melhorar o acesso à justiça**, uma cooperação judiciária plena entre os Estados Membros, um **reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais**, uma aproximação das legislações, melhorando a compatibilidade e aumentando a convergência dos sistemas jurídicos e eliminar os obstáculos criados por disparidades em matéria de direito e processo civil".

Referindo-se à proposta sobre o desenvolvimento de uma nova geração do **Sistema de Informação Schengen - SIS II** - Carlos Coelho defendeu que esta "só pode ser aceite como sendo uma fase inicial, de pré-preparação, em relação ao desenvolvimento efectivo do novo sistema".



Carlos Coelho sustenta que "o financiamento comunitário não vem resolver todos os problemas que se nos deparam ao analisarmos o funcionamento actual do SIS; é essencial (como aqui defendi com a aprovação do meu relatório sobre Schengen, em Setembro último) que para além de um financiamento comunitário, **o Sistema de Informação de Schengen não possa continuar a ser gerido de uma forma secreta** numa base meramente intergovernamental, mas sim que seja gerido, no âmbito da UE, por uma agência separada.



Teresa Almeida Garrett: Compatibilizar políticas para lutar contra a pobreza

A Deputada Teresa Almeida Garrett congratulou-se com a Comunicação da Comissão Europeia sobre "Pesca e redução da pobreza" e apoiou o relatório do Deputado Paul Lannoye, afirmando que, "os princípios e os caminhos apontados permitirão conciliar o abastecimento do mercado comunitário e as actividades da pesca, da transformação e da comercialização do peixe dos países com quem celebramos acordos de pesca".

Reconhecendo embora que "compatibilizar diferentes políticas comunitárias é uma tarefa necessária mas nem sempre uma tarefa fácil, quando o que está em jogo é a luta contra a pobreza no mundo, esse nosso trabalho passa a ser não só indispensável como urgente".

Teresa Almeida Garrett sublinhou que "o peixe é, para todos nós, um bem escasso. Para as populações ribeirinhas dos países mais pobres, que vivem exclusivamente da pesca, é um recurso precioso. Dele depende a sua própria sobrevivência como comunidades de homens e de mulheres".

Para Teresa Almeida Garrett, "o sábio provérbio chinês que ensina como conduta responsável 'não dar o peixe, mas ensinar a pescar' também tem aqui aplicação, embora com algumas adaptações, porque o peixe que lá pescamos é, em primeiro lugar, um bem de outros..."

Por isso, Teresa Almeida Garrett defendeu algumas medidas "que nos mostram que o caminho agora proposto é um bom caminho para percorrermos juntos:

- a promoção da investigação científica dos recursos e a partilha leal desses conhecimentos com os países em vias de desenvolvimento,
- a ajuda à organização de comunidades locais dependentes da pesca,
- o reforço e a promoção dos mecanismos de cooperação regional
- e o apoio no combate aos pavilhões de conveniência e à pesca ilícita".

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int



Em Espanha, o salário médio é superior em 62% ao salário médio português. (*Diário Económico* 5.Nov.2001)



Portugal tem um nível de vida 45% inferior à média europeia (*idem*)

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luís Fernandes e Sandra Nunes

Ilustrações: Júlio Pisa

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551